

O PROCESSO DE INCLUSÃO DO ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN NA U. E. NILTON CÉSAR A. DE ALENCAR.

Luciel Narcísio Conceição Viana¹
Iago Samuel Soares Siqueira²
Samara Maria Viana da Silva Lacerda³

RESUMO

Este trabalho aborda o tema inclusão de aluno com síndrome de *Down*. O objetivo geral deste estudo foi analisar como ocorre o processo de inclusão do aluno com síndrome de *Down* na U.E. Nilton César A. de Alencar. Visando alcançar o objetivo geral foi estabelecido como objetivos específicos: identificar as metodologias utilizadas pelo professor no processo de inclusão da criança com deficiência; analisar o processo de ensino aprendizagem do aluno com deficiência no contexto da educação inclusiva; e investigar a relação do professor e do aluno com deficiência na rede regular de ensino. Tendo em vista a importância do tema e a necessidade de saber lidar com a diversidade na escola, bem como esclarecer dúvidas sobre esse processo, utilizou-se pesquisa descritiva com abordagem qualitativa, com uso de estudos bibliográficos e de campo, a fim de identificar as metodologias utilizadas pelo professor no processo de inclusão do aluno com deficiência, além de investigar a relação entre ambos na rede regular de ensino. Portanto, para que o processo de inclusão aconteça efetivamente, é necessária a remoção de algumas barreiras, e alguns aspectos da educação sejam repensados.

Palavras-chave: Inclusão, Síndrome de *Down*, Educação especial.

Introdução

A educação especial é uma modalidade de ensino que tem conquistado espaço e assegurado direitos às pessoas com deficiência. Para a sociedade contemporânea tem-se tornado objeto de investigação com o intuito de compreender como ocorre o processo de inclusão.

A inclusão tem sido uma proposta pedagógica que envolve todos os setores da sociedade, inclusive na área da educação. Os professores devem estar preparados para envolver os alunos com deficiência no espaço escolar, o qual deve favorecer o aprendizado do discente.

¹Aluno do curso de Licenciatura em Matemática do IFPI/Campus Angical. Graduado em Pedagogia pela Faculdade ISEPRO e Especialista em AEE (atendimento educacional especializado) FAEMI. E-mail: lucielviana07@gmail.com.

²Aluno do curso de Licenciatura em Matemática do IFPI/Campus Angical. E-mail: iagosiqueira40@gmail.com

³ Doutoranda em Educação pela UFPI. Mestre em Educação pela UFPI. Licenciada em Pedagogia (UFPI). Professora do IFPI/Campus Angical. E-mail: samaraviana@ifpi.edu.br

É ideal que se tenha ao menos uma noção de como ocorre um processo inclusivo para que possamos executá-lo de forma cabível, favorecendo o bom convívio entre as pessoas. Por menor que seja o grau de deficiência do discente, vai causar reações no seu processo de aprendizagem, e é nesse momento que os professores devem intervir e procurar a maneira mais adequada para contribuir com o aprendizado do aluno.

Apesar da plena expansão do processo de inclusão, ainda é pouco conhecida pela sociedade, e isso acarreta uma má interpretação da mesma, podendo ocorrer fatos indevidos e segregacionistas do discente nos espaços escolares e não escolares.

Este trabalho apresenta algumas ideias sobre inclusão, como se deve trabalhar essa questão de modo que todos os envolvidos possam vir a ser beneficiados. Também tem a intenção de mostrar o quanto a inclusão é importante para a educação, para a comunidade e, de um modo geral, para a sociedade.

A proposta é mostrar que o ideal é que todos contribuam com esse meio social, que se possa ver a vida de uma forma diferente, vendo que é possível sim fazer parte de um processo inclusivo, e que se toda sociedade contribuir, será bem mais fácil.

Assim, durante o período de estágio na U.E. Nilton César A. de Alencar foi possível verificar a realidade de um aluno com síndrome de *Down*, o que despertou o interesse em saber como funciona o processo de ensino e aprendizagem desse discente com necessidades especiais. Ele D.L.C. tem 07 anos de idade, encontra-se matriculado e frequentando a turma do pré II da referida instituição.

Sabe-se que o aluno supracitado necessita de recursos diferenciados dos demais, entretanto, na escola não há disponibilização de materiais e profissional habilitado para executar o trabalho com a qualidade necessária. A falta de tais instrumentos despertou o interesse em saber como esse aluno se porta, reage e interage no ambiente escolar.

O trabalho tem o intuito de esclarecer dúvidas sobre o processo de inclusão, e tem como objetivo geral analisar como ocorre o processo de inclusão do aluno com síndrome de *Down* na U.E. Nilton César A. de Alencar, sendo a questão mais abrangente do trabalho.

Os objetivos específicos do trabalho são: identificar as metodologias utilizadas pelo professor no processo de inclusão da criança com deficiência; analisar o processo de ensino aprendizagem do aluno com deficiência no contexto da educação inclusiva; e investigar a relação do professor e do aluno com deficiência na rede regular de ensino.

Com esses objetivos alcançados será mais fácil chegar à resposta da problemática proposta que é saber como ocorre o processo de inclusão do aluno com síndrome de *Down* na sala regular de ensino.

2 Metodologia

Neste estudo foi utilizada a pesquisa descritiva com abordagem qualitativa, utilizou-se ainda estudos bibliográficos, tendo em vista que é indispensável para sustentar a construção de ideias e ou sugestões decorrentes do presente estudo, constituída principalmente de livros científicos, revistas, artigos, jornais e outras fontes que abordam essa temática. (MINAYO, 2001).

Contando também com pesquisa de campo, que se deu através de visita ao ambiente estudado, com observação ao ambiente escolar do aluno, foi aplicado questionários com dois professores do aluno investigado, com o diretor da escola e com os pais do aluno com Síndrome de Down (SD)

3 Resultados e Discussões

Por volta do século XVIII, as noções de deficiência ainda eram muito ligadas às questões religiosas, diretamente relacionadas ao misticismo e ocultismo, de fato ligados à religiosidade. Até então não se pensava em embasamento científico para essa questão das pessoas com deficiência. (MAZZOTA, 2011).

A falta de conhecimento sobre as deficiências, o que e como aconteceu para que aquele indivíduo ser ou agir daquela forma, foi o grande contribuinte para que as pessoas com deficiência fossem discriminadas, marginalizadas, ignoradas, excluídas. Mazzotta fala:

A própria religião, com toda sua força cultural, ao colocar o homem como “imagem e semelhança de Deus”, ser perfeito, inculcava a ideia da condição humana como incluindo perfeição física e mental. E não sendo “parecidos com Deus”, os portadores de deficiência (ou imperfeições) eram postos à margem da condição humana. (MAZZOTTA 2011, p.16).

A sociedade seguia rigorosamente os critérios do cristianismo, e como ele acreditava e defendia a perfeição, uma pessoa que nascia com algum tipo de deficiência não era digna de tratamento igualitário, pois se o homem é a imagem e semelhança do ser Supremo, que é perfeito, todas as pessoas também deveriam ser perfeitas como Ele. Assim, as pessoas deficientes da época eram desprezadas, muitas vezes até pelos próprios familiares.

Então, surgem no continente Europeu as primeiras manifestações em prol dos deficientes, manifestações essas que logo se expandiram pelos Estados Unidos, Canadá e

outros países, inclusive para o Brasil. Estudos revelam que até o final do século XIX, diversas maneiras já eram utilizadas no que diz respeito ao processo educacional das pessoas com deficiências.

Exatamente no dia 12 de setembro de 1854, surge a primeira instituição brasileira para educar pessoas com deficiência, fundada pelo decreto imperial nº 1.428, pelo então Imperador Dom Pedro II, que fundou na cidade do Rio de Janeiro o Imperial Instituto dos Meninos Cegos. Segundo Mazzotta, a criação desse instituto se deu por:

A fundação do Imperial Instituto deveu-se em grande parte, a um cego brasileiro, José Álvares de Azevedo, que estudara no Instituto dos Jovens Cegos de Paris, fundado por Valentin Hauy no século XVIII. Por ter obtido muito sucesso na educação de Adélia Sigaud, filha do Dr. José F. Xavier Sigaud, médico da família imperial, José Álvares de Azevedo despertou interesse do ministro do Império, conselheiro Couto Ferraz. Sob a influência de Couto Ferraz, D. Pedro II criou o tal instituto, que foi inaugurado no dia 17 de setembro de 1854, cinco dias após sua criação. (MAZZOTA, 2011, p. 28).

O então imperador D. Pedro II viu que o método de ensino da filha do médico de sua família Adélia Sigaud era bastante eficaz, por isso resolveu trazê-lo para o Brasil, com a criação do tal instituto, o qual seria dirigido por seu pai, o Dr. Xavier Sigaud. Mais tarde, com o país já sob governo republicano, através do decreto nº 408 de 17 de maio 1890, o instituto passa a se chamar Instituto Nacional dos Cegos.

Para que haja uma educação especial de qualidade para todos que necessitam, é preciso levar em conta os fatores das novas dimensões da escola, a qual não consiste somente na aceitação, mas também no respeito e valorização das diferenças, para que o aluno possa aprender e adquirir uma identidade de cidadão. Salamanca declara:

[...] as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas devem se adequar [...] elas constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos. (SALAMANCA, 1994, p.8-9)

Com isso, o autor mostra que para haver o fim das questões discriminatórias, é necessário que, primeiramente, a escola, onde nasce a cidadania, possa se adequar às questões da educação especial, a fim de que todos, apesar de suas necessidades especiais possam ter uma educação de qualidade. Sendo assim, com o intuito de garantir o acesso de todos a uma educação digna, na qual não seja levada em conta as deficiências, mas sim as possibilidades de aprendizagem, a nova LDB 9.394/96 garante:

A educação especial deve garantir os serviços de apoio especializados voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtorno globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (BRASIL, 1996).

A educação especial visa o desenvolvimento educacional do indivíduo independentemente de sua deficiência, e procura sempre possibilitar maiores meios de aprendizagem. Faz com o que o aluno possa perceber que é capaz de superar suas dificuldades e ver que, apesar de sua deficiência, pode, assim como um aluno tido como “normal”, adquirir conhecimentos.

A lei visa garantir que alunos com algum tipo de necessidade especial tenham direitos à educação, podendo desfrutar de uma educação de qualidade, que lhe abra as portas para o seu desenvolvimento, dando apoio e se certificando de que as normas estão sendo cumpridas.

E em toda instância para que haja uma boa educação depende de vários fatores, sendo estes internos e externos à instituição. Os externos seriam a parte mais complexa, pois é a que exige cooperação e ajuda minuciosa dos pais e da comunidade na qual o sujeito está inserido. Os internos são aqueles em que o professor fica responsável por todo o aprendizado do aluno, procurando sempre oferecer as maiores possibilidades de aprendizado.

Para se trabalhar com educação especial deve-se tomar bastante cuidado, desde a apresentação até os momentos finais, pois a intenção de ajudar determinado aluno pode passar dos limites, podendo causar algum trauma. É preciso que se busque a melhor forma de tratá-lo, sem distinguir as especialidades. Segundo Valdez, inicia-se da seguinte forma:

Em primeiro lugar, eu não falaria em “alunos especiais”. A escola é o reino das diferenças; portanto, todos somos especiais e temos necessidade de diferentes tipos de ajuda. Também nós, professores, precisamos de ajuda para ensinar, para nós vincularmos os nossos alunos em um panorama atual e muito mais complexo. (VALDEZ, 2014, p. 18).

Sendo assim, quando em sala de aula, o professor deve sempre tratar a turma sem grande distinção e tentar o possível para padronizar seu método de ensino para com todos. Como o autor cita “a escola é o reino das diferenças”, ou seja, todos têm uma especialidade e o professor deve levar muito em conta isso, que todos os alunos têm certas necessidades especiais, e às vezes demonstra, outras vezes nem tanto. O professor deve assumir a responsabilidade de procurar a especialidade de cada um e tentar se adequar o mais próximo possível da realidade de cada um de seus alunos.

No século XIX começa-se a ouvir falar em síndrome de *Down*, mas sua manifestação clínica só ocorreu no ano de 1866, com o trabalho desenvolvido por Langdor Down, o qual

foi influenciado pelo conceito evolucionista da época. O fim do primeiro período da SD é marcado por intolerância religiosa e cultural. (SILVA *apud* DESSER, 2002).

No ano de 1959, os cientistas Dr. Jerome Lejeune e Patrícia Jacobs, quase 100 anos após o relato do trabalho do Dr. Down, de forma independente determinaram a causa da então doença, a trissomia do cromossomo 21. Esse cromossomo foi a alteração detectada na espécie humana. A descoberta desta trissomia 21, marca o segundo período da história da Síndrome de Down. (SILVA *apud* DESSER, 2002).

Nas últimas décadas do século XX, período marcado por conquistas, os pesquisadores se interessaram cientificamente em entender a criança com síndrome de *Down*, pois ocorreu o reconhecimento dos direitos da criança e adolescente, e em muitos lugares do mundo, as crianças independentemente de cor, sexo, classe social, etnia, religião, com ou sem deficiência passam a ter direito a cuidados médicos à educação.

Antes do término do século XX, era do conhecimento de todos que, as crianças deficientes, inclusive com síndrome de *Down*, geralmente eram excluídas das escolas públicas e encaminhadas à instituição residenciais (internatos). Seus pais se responsabilizavam por levar para algum programa particular de tempo parcial.

A síndrome de *Down*, portanto, é “uma cromossomopatia, ou seja, uma doença cujo quadro clínico global é explicado por um desequilíbrio na constituição cromossômica (no caso a presença de um cromossomo 21 extra), caracterizando, assim, uma trissonomia simples”. (BRUNONI, 1999, p.32).

A síndrome de *Down* é considerada um acidente genético, que pode ocorrer com qualquer casal, independente de idade, mas levando em conta alguns fatores que podem ser influenciadores, como a idade paterna e materna, sendo que mulheres com idade acima de 35 anos aumentam as possibilidades. Atualmente, com exames durante a gestão, os pré-natais, já é possível detectar se o bebê possui ou não a síndrome. (SAMPAIO; FREITAS, 2011).

As principais características das pessoas com síndrome de *Down* são: a lentidão do desenvolvimento geral, alteração no tônus muscular, pele sensível, baixa estatura, mãos pequenas com dedos curtos e grossos, olhos amendoados (puxadinhos). Com frequência apresentam problemas cardíacos, a pessoa com SD apresenta dificuldade para engatinhar e andar, afeta diretamente a fala, podendo em geral, ser grossa e rouca. (SAMPAIO; FREITAS, 2011)

Não devemos esquecer, em nenhum momento, das grandes diferenças existentes entre os vários indivíduos com SD no que se refere ao próprio potencial genético, características sociais, familiares e culturais, para citar apenas algumas e que serão poderosos modificadores e determinantes do comportamento a ser definido como característica daquele indivíduo. (VOIVODIC *apud* SCHWATZMAN, 1999, p. 58)

Ao analisar a imagem de uma pessoa com SD, vem logo à mente que todos são iguais, e que a aparência física é muito comum em todos os casos, mas, como a autora destaca, as diferenças entre as pessoas com síndrome de Down vão estar no ambiente em que conviveu. Os costumes e cultura do seu povo vão interferir na sua vida, não deixando de ser uma pessoa com SD, mas a síndrome vai se adaptando ao ambiente em que o indivíduo está inserido. Werneck, (1995, p.60) diz, “mas além das razões de ordem biológica, outros fatores de ordem ambiental podem exacerbar ou limitar a função intelectual”.

Diante da fala da autora, observa-se que a limitação intelectual provocada pela SD pode e deve ser amenizada por todos aqueles que compõem o ambiente onde o indivíduo convive, o seu desenvolvimento dependerá principalmente dos seus conviventes.

A pessoa com síndrome de *Down* vai se desenvolver de acordo com as facilidades que o ambiente lhe favorecer. Segundo Schwartzman:

O fato da criança não ter desenvolvido uma habilidade ou demonstrar conduta em determinada idade, comparativamente a outras com idêntica condição genética, não significa impedimento para adquiri-la mais tarde, pois é possível que madureça lentamente. (SCHARTZMAN,1999, p.246)

Todo ser humano é diferente e complexo, quando se trata de desenvolvimento entra o mesmo contexto, pois, o ambiente em que o sujeito se encontra é que vai favorecer o seu rápido ou lento desenvolvimento. Aquele que tem a síndrome de *Down* vai ter uma dificuldade maior em seu desenvolvimento, porém, com o tempo e prática a criança vai conseguir adquirir suas habilidades.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES DOS DADOS.

Seguem os resultados e discussões sobre os dados coletados através dos questionários aplicados durante o estudo sobre o “Processo de inclusão do aluno síndrome de Down na U.E. Nilton César A. de Alencar”.

Sobre a relação Professor-aluno percebeu-se que, os professores possuem um diálogo constante com os pais ou responsáveis, pois sabem que isso é essencial para que o aluno se desenvolva educacionalmente com qualidade. De acordo com Parolin (2007, p.36), “a qualidade do relacionamento que a família e a escola construirão será determinante para o bom andamento do processo de aprender e de ensinar do estudante e o seu bem viver em ambas as instituições”. Sendo assim, o autor mostra a necessidade do bom relacionamento

entre os professores e pais, uma vez que ambos convivem constantemente com a criança, seja no ambiente escolar ou em casa.

Os docentes afirmaram que suas atividades envolvem o aluno com deficiência, esse envolvimento é uma forma de trabalhar a inclusão. Segundo Millani, (2005, p.71), “as crianças com síndrome de Down ficam fatigados com muita rapidez, o que prejudica a sua atenção em atividades muito longas”. A autora cita o exemplo da síndrome de Down, mas isso também é constante em qualquer outra deficiência, por isso o professor deve procurar envolver o aluno com atividades que chamem a sua atenção. Diante disso, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) afirmam que a avaliação ocorre da seguinte forma.

[...] O processo avaliativo deve focalizar: o contexto da aula (metodologia, procedimentos didáticos, atuação do professor, relações interpessoais, individualização do ensino, condições físicas ambientais, flexibilidade curricular etc.); o contexto (projeto pedagógico, funcionamento da equipe docente e técnica, currículo, clima organizacional, gestão, etc.). (BRASIL, 1999, p.57).

Conforme os PCNs são diversos os fatores que o professor deve levar em conta ao avaliar o aluno, e que, levando em conta as possibilidades do aluno com necessidades especiais, deve-se ter um critério muito mais cauteloso no momento de determinar o seu rendimento.

Segundo os entrevistados, o aluno, apesar de suas limitações, consegue integrar-se com os professores e colegas, interação essa que os professores julgam essencial, pois ajuda no desenvolvimento do aluno.

[...] é preciso estabelecer, sob novas bases, a relação entre professor e o aluno, de modo que se repense ambos papéis, refletindo sobre a bi-direcionalidade e a interdependência que configuram as relações pessoais para que nos fique clara, às consequências. (ARANHA e LARANJEIRA 1995, p. 9).

Infelizmente, a participação dos pais em ambiente escolar é muito limitada. Pereira (2008, p.228) ressalta que, “a participação dos pais na escola baseia-se na obrigação natural que sentem enquanto pais. Na contribuição que possamos dar aos filhos de forma a promover um aumento de aproveitamento escolar”. Com isso, a escola sente a necessidade de que os pais estejam caminhando junto com ela, a fim de que ambas as partes sejam favorecidas.

O pai do aluno afirma que, o relacionamento com os professores do seu filho é ruim. O bom relacionamento entre pais e professores é de suma importância para que forme o sujeito, pois um está próximo do outro, tanto o professor como os pais vão ensinar o aluno

Nota-se que os pais ou responsáveis não estão satisfeitos quanto ao desenvolvimento escolar do seu filho. Tiba (1998, p.181), enfatiza que “se os pais acompanharem o rendimento escolar do filho desde o começo do ano poderão identificar precocemente essas tendências e, com o apoio dos professores, reativar seu interesse por determinada disciplina em que vai mal”. O autor ressalta que, ao acompanhar todo o período letivo do filho, o pai perceberá o desenvolvimento do mesmo seja em qual for a área, e com a ajuda do professor, poderá reverter a situação em caso de desinteresse, e ao final do período letivo, ver o quanto o filho progrediu com a sua intervenção.

O Pai relatou através da entrevista que a acessibilidade da escola é regular, pois tem que oferecer todos os subsídios necessários para a locomoção de qualquer pessoa que necessita de cuidados especiais.

Em 1993, a ABNT instaurou uma comissão de estudos, com o apoio e a iniciativa do Governo do Estado de São Paulo, a fim de atualizar e ampliar o alcance da NBR 9050. Posteriormente, uma nova revisão foi executada, publicada em 2004, a qual, pela primeira vez, contempla o ambiente escolar, com um conjunto de especificações sobre a adequação do seu espaço físico como fio condutor para a inclusão das pessoas com deficiência. (CALADO, 2006, p. 48).

Então, ao se repensar a estrutura física da escola, proporciona-se melhor mobilidade ao ambiente escolar, em consequência o aluno que necessita, assim como todos os deficientes que visitam a escola, sentir-se-á bem e poderá se desenvolver melhor, pois o ambiente influencia na aprendizagem.

Conforme os dados coletados na pesquisa, os pais julgam ter um relacionamento regular com os filhos. Sabe-se que isso vai ser prejuízo tanto para o filho como para os pais, pois retrata o distanciamento e o desentendimento familiar. Hart (1992, p. 36) diz: “se vocês encontrarem tempo para conversar todos os dias, jamais se tornarão estranhos”. Assim, o autor afirma que o diálogo é o meio de maior aproximação familiar, o que é fato. Pode ser que nesta falta de conversa com a criança devido à sua deficiência esteja o erro, os pais não dão a atenção necessária, o que pode ocasionar uma má convivência na família.

O acompanhamento do sujeito é ruim, segundo seu próprio relato. Sabe-se que o momento de responder as atividades para ambientes domésticos é de extrema importância, pois é um momento de reflexão do que aprendeu em sala de aula e o filho necessita do auxílio e acompanhamento dos pais ou responsáveis para ajudá-lo em alguma dúvida que venha a surgir. “A participação dos pais, o interesse da família pela vida escolar do aluno, o estímulo à leitura e o hábito de fazer e corrigir o dever de casa. Junta-se a isso a vontade do diretor em

colocar em prática essas lições e, como resultado, há uma melhoria no desempenho.” (FOLHA DE S. PAULO, 2004).

Como mostra o autor, para um bom desenvolvimento do aluno é necessária cooperação exclusiva, empenho da família e o bom profissionalismo da escola, para que ambos possam ter sucesso.

Assim, escola pesquisada não apresenta condições físicas para receber nenhum aluno com necessidades especiais, o que torna mais complicado o processo inclusivo, o qual, para que venha a se realizar, depende de diversos fatores, inclusive de uma adaptação quanto a estrutura física. Nesse sentido, Bruno esclarece que:

A sala de aula inclusiva propõe um novo arranjo pedagógico: diferentes dinâmicas e estratégias de ensino para todos, complementação, adaptação e suplementação curricular quando necessários. A organização do espaço, a eliminação das barreiras arquitetônicas (escadas, depressão, falta de contraste e iluminação inadequada), mobiliários, a seleção dos materiais, as adaptações nos brinquedos e jogos são instrumentos fundamental para a prática educativa inclusiva com qualquer criança pequena. (BRUNO, 2016, p.18).

Assim, como esclarece o autor, o ambiente tem que estar propício à inclusão, toda escola deve adaptar-se à estrutura inclusiva, para que, quando uma pessoa com necessidades especiais ingressar na escola, possa dispor de toda a mobilidade possível para sua locomoção e bem-estar.

Pode-se notar também que o aluno com S.D, no que diz respeito ao âmbito escolar, está incluído, mas os profissionais responsáveis pela sua educação não estão preparados para atendê-lo adequadamente conforme suas necessidades.

Outro fator importantíssimo detectado no decorrer desta pesquisa foi que os professores, elementos de enorme importância para a formação do cidadão, não procuram instruir os alunos sobre a inclusão, o que posteriormente pode causar prejuízos até mesmo a ele próprio, dificultando o seu trabalho no processo de ensino aprendizagem.

Em relação à parceria da escola com a família, os professores afirmam que sem essa parceria não é possível fazer um bom trabalho, porque é a família o elo das informações, viabilizando o entrosamento das dificuldades, dos avanços e possibilidades do aluno com SD

De acordo com a fundamentação teórica e a pesquisa realizada, pode-se constatar que, para que o processo de inclusão aconteça efetivamente, é necessária a remoção de algumas barreiras, e alguns aspectos da educação sejam repensados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou analisar como ocorre o processo de inclusão do aluno com síndrome de Down na rede regular de ensino, tendo como campo de pesquisa a U. E. Nilton César A. de Alencar. Com esta pesquisa, pode-se constatar que a escola ainda não está totalmente preparada para acolher e aceitar o aluno com Síndrome de *Down*, assim também como outras deficiências, e são poucas as pessoas que fazem algo para amenizar essa situação ou, ao menos conhecê-las profundamente.

Pode-se notar também que o aluno com SD, no que diz respeito ao âmbito escolar, está incluído, mas os profissionais responsáveis pela sua educação não estão preparados para atendê-lo adequadamente conforme suas necessidades.

De acordo com a fundamentação teórica e a pesquisa realizada, pode-se constatar que, para que o processo de inclusão aconteça efetivamente, é necessária a remoção de algumas barreiras, e alguns aspectos da educação sejam repensados.

Apesar de a inclusão de todos os alunos, com ou sem deficiência, estar garantida por lei, ela ainda não acontece da maneira mais adequada na escola; principalmente em relação à aprendizagem e preparação dos educadores da U. E. Nilton César A. de Alencar, que trabalham diretamente com o aluno com Síndrome *Down*.

Pode-se observar que os principais empecilhos para a inclusão são a falta de estrutura da escola; recursos adequados para se trabalhar com esse aluno, formação adequada dos educadores e também a falta de investimento por parte dos nossos governantes.

Portanto, independente das necessidades especiais, todas as crianças têm o direito de frequentar uma escola regular e aprender os conceitos trabalhados. A inclusão defende a ideia de igualdade de direitos e, principalmente, o respeito às diferenças.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M.S.F., LARANJEIRA, M.I. *Brasil, século XX, última década*. Mimeo, 1995.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Secretaria de educação fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: adaptações curriculares**. Brasília, 1999.

BRUNONI, D. (1999), **Aspectos psicológicos e genético**. Em J. S. Schwartzman (Org.), Síndrome de Down (p. 32-43). São Paulo: Mackenzie.

BRUNO, Marilda Morais Garcia. **Educação infantil: saberes e prática da inclusão**. Brasília: MEC, 2006.

CALADO, Giordana, Chaves. **Acessibilidade no ambiente escolar:** reflexão com base nos estudos de duas escolas municipais de Natal-RN. Dissertação de mestrado apresentada na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2006.

HART, L. **A família moderna:** uma reflexão entre pais e filhos. São Paulo: Saraiva, 1992.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Escola pública boa deve começar em casa.** Rio de Janeiro, 01 ago. 2004. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u15859.shtml>. Acesso em: 20 jan. de 2017.

MAZZOTA, Marcus, J.S. **Educação especial no Brasil:** história e políticas públicas. 6ªed. São Paulo; Cortez, 2011.

MILLANI, Denise. **Down, Síndrome de:** como- onde- quando- porque. São Paulo :Livro pronto: 2005

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social, Teoria, método e criatividade.** 18 ed. Petrópoli; Vozes, 2001.

PAROLIN, Isabel Cristina. Hierro. **País e educadores:** quem tem tempo de educar? Porto Alegre: Mediação 2007.

PEREIRA, M. **A relação entre pais e professores:** Uma construção de proximidades para uma escola de Sucesso. Universidade de Málaga, 2008.

SALAMANCA, Declaração de, **Linha da ação sobre necessidade educativas especiais.** Brasília: Corde, 1994.

SAMPAIO, S.; FREITAS, I.B. **Transtornos e dificuldades de aprendizagem:** Entendendo melhor os alunos com necessidades educativas especiais. Rio de Janeiro. Wak editora, 2011.

SCHWARTZMAN, J. S. **Síndrome de Down.** São Paulo Mackenzie, 1999.

SILVA, N. L.P; DESSEN, M.A. Síndrome de Down: etiologia, caracterização e impactos na família. **Interação em psicologia,** Brasília, jul/dez, p.167-176, 2002.

TIBA, Içami. **Ensinar aprendendo:** como superar os desafios do relacionamento professor-aluno em tempos de globalização. São Paulo: Gente, 1998.

VALDEZ, Daniel. **É preciso desenvolver culturas inclusivas** (In): Pátio. Ano VI, setembro/novembro 2p.18-21.